

# fêmea

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Acessoria  
Ano X - Nº 155 - Brasília/DF - Março - Abril - Maio - 2008

Impresso  
Especial

10226/2006-PR/BSR  
CFEMEA

---CORREIOS---

8 DE MARÇO

AS FEMINISTAS

APRESENTAM SUA PAUTA

ENTREVISTA: DULCE XAVIER



# Na luta por uma sociedade livre, justa e solidária

**O** Jornal **Fêmea** chega de roupa nova às suas mãos. Afinal, o 8 de março exige uma apresentação própria, não é verdade? Vestida para a luta e a celebração, esta edição – com nova proposta gráfica e editorial – marca o início das comemorações dos 20 anos da luta feminista pela igualdade de direitos na lei e na vida.

Há duas décadas, pela primeira vez na nossa história, a Lei Maior do país afirmou que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, nos orientou para superar as injustiças e reduzir a enorme dívida histórica, inclusive no que diz respeito às mulheres, negros e povos indígenas. Estabeleceu novos e avançados marcos para direitos sociais, direitos civis e soberania nacional. A proibição de todo tipo de discriminação, o reconhecimento da função social da maternidade, o direito ao planejamento familiar, o veto a políticas coercitivas de controle populacional, a garantia de direitos aos trabalhadores, inclusive para as trabalhadoras domésticas, a obrigação do Estado de proteger as pessoas da violência doméstica, tudo isso está consolidado no texto constitucional. A vitalidade política desse processo, como diz Sílvia Camurça, não emanou de uma entidade amorfa, a que o populismo usou chamar de “povo brasileiro”, e sim da mobilização e proposição de movimentos sociais e sindicais que alargaram a esfera pública e conformaram a sociedade civil brasileira. Os movimentos feministas e de mulheres, assim como o negro, ganharam expressão e relevância. Nossas demandas por direitos iguais repercutiram na estrutura do Estado, criando organismos no âmbito da administração pública, para lidar com tal desafio. Com a mesma disposição com que criamos o CFEMEA em 1989 e editamos o número zero deste jornal em 1992, hoje, 20 anos depois da Assembléia Nacional Constituinte, dizemos em alto e bom som que ainda falta muito para alcançar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, inscritos no artigo 3º da nossa Constituição: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não resta dúvida. Construir uma sociedade livre, justa e solidária

é uma decisão política, assim como o seu oposto: uma sociedade opressiva, injusta e competitiva. Nessa disputa, os movimentos de mulheres e feminista fazem a primeira opção.

Lutamos pelo Estado Laico e pela liberdade de crença, de modo que seja o direito de todas e todos o princípio orientador das leis e das instituições públicas. Nosso objetivo é construir uma sociedade livre, razão pela qual somos contra a imposição de fundamentos desta ou daquela religião na legislação e nas políticas públicas. Não existe sociedade livre sem liberdade para as mulheres. Nesse ponto, o Estado Brasileiro segue em dívida com a cidadania feminina. As garantias legais e as políticas públicas não são suficientes para assegurar a liberdade de decidir sobre ter ou não ter filhos/as e quando tê-los/as; nem as condições para evitar uma gravidez ou interrompê-la, se necessário. Nem mesmo as condições de ter um/a filho/a e criá-lo/a estão acessíveis a todas as pessoas. Falta a condenação da homofobia/lesbofobia, da mesma maneira como já se tem mecanismos para punir a discriminação contra as mulheres e o racismo.

Porque lutamos por uma sociedade justa, não aceitamos que a orientação das finanças públicas, há duas décadas, trafegue na contramão da Constituição. A parte do Orçamento Público que vai para os mais ricos é 6,4 vezes maior que a destinada aos mais pobres. Segundo o Projeto de Lei Orçamentária para 2008, R\$ 152,2 bilhões vão para o pagamento dos juros da dívida pública, portanto, para banqueiro/as. Para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vão R\$ 23,7 bilhões.

Porque lutamos para construir uma sociedade solidária, não podemos aceitar que o trabalho doméstico siga invisibilizado, desvalorizado e com menos direitos; que a grande maioria dos excluídos da previdência social seja de mulheres, e que quase 80% das crianças até seis anos continuem sem creches e pré-escolas.

Uma sociedade solidária requer políticas públicas universais e ações afirmativas para enfrentar todas as formas de discriminação e opressão, superar as desigualdades e promover a equidade para assegurar a igualdade de direitos.

O novo figurino do **Fêmea**, evidentemente, também irá desnudar os obstáculos que as mulheres continuam enfrentando para ocupar espaços de decisão e política. Porque não se concebe uma sociedade livre, justa e solidária excluindo as mulheres do poder.

“  
Não existe  
sociedade livre  
sem liberdade  
para as  
mulheres  
”



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás  
CEP 70317-900 • Brasília-DF  
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico: imprensa@cfemea.org.br  
Site: <http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Natalia Mori Cruz, Maria Aparecida Schumacher, Camilla Campos Valadares e Eliana Graça.

Conselho Consultivo: Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margaret Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salete Maccaloz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal: Ivônio Barros, Maria Zulene Farias Timbó, Severina Marques, Maria da Conceição Geraldo e Mônica Beraldo Fabrício da Silva.

Diretoria Colegiada: Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês e Natalia Mori Cruz.

Demais integrantes da equipe: Adriano Fernandez Cavalcante, Eneida Vinhaes Bello Dultra, Francisco Rodrigues, Ismália Afonso, Juliano Alessander Lopes, Kauara Rodrigues Dias Ferreira, Leila Reboças, Mirla de Oliveira Maciel, Myllena Calasans de Matos, Sarah de Freitas Reis e Soraya Fleischer.

Jornalista Responsável: Ismália Afonso

Apoio: HBS, OXFAM, Fundação Ford, Fundação Avina, CIDA, DFID/SAAF

Tiragem: 13.000 exemplares.

Projeto gráfico e diagramação: Faro Brasil  
[www.farobrasil.com.br](http://www.farobrasil.com.br)

Ilustrações: Luísa Günther - [luisgunther@yahoo.com.br](mailto:luisgunther@yahoo.com.br)

Impressão: Gráfica Coletivo

# De olho na corrida às Prefeituras e Câmaras de Vereadores

**CFEMEA irá mapear perfil das candidatas e vencedoras nas eleições municipais de 2008. Análise apontará caminhos para reverter a baixa representatividade das mulheres no poder**

**A**no de eleição é hora de analisar o quanto os municípios brasileiros vão avançar na representatividade das mulheres na política. Assim como nos últimos oito anos, o CFEMEA fará um mapeamento das candidatas e eleitas para cargos públicos nos 5.564 municípios do país. O resultado dessa avaliação servirá como instrumento de ação política do próprio movimento de mulheres, possibilitando a formulação de estratégias para modificar o quadro atual do acesso feminino a cargos públicos. A previsão é que os primeiros textos sejam publicados na página eletrônica [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br) em agosto. O projeto conta com o apoio do Fundo Finlandês para a Cooperação Local.

O movimento de mulheres não será o único a se beneficiar desse trabalho. Para a sócia do CFEMEA Almira Rodrigues, as análises contribuem para diferentes sujeitos políticos. Para os partidos, destacam o papel fundamental na promoção da participação e representação políticas das mulheres, independentemente da legislação federal. “Para o Legislativo e o Executivo, apontam a necessidade de uma reforma política que mude substancialmente as regras do processo eleitoral, promotoras de exclusão, desigualdade e discriminação política de diversos segmentos sociais”, afirma.

Se a tendência de crescimento registrada nas últimas eleições municipais for confirmada, o Brasil terá menos de 30% de candidatas às Câmaras de Vereadores e cerca de 10% do total dos/as que buscam as Prefeituras Municipais. O percentual é ainda muito baixo e se reflete no número de eleitas. No pleito de 2004, apenas 407 dos 5.558 municípios escolheram mulheres para os cargos majoritários (o restante não informou sexo do eleito/a para o TSE). O índice de 7,37% é praticamente

o mesmo que a média registrada em países da América Latina no início da década de 1990.

Na avaliação do pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) José Eustáquio Diniz Alves, o pequeno número de mulheres que chegam à chefia da gestão municipal se deve ao também baixo percentual de candidaturas. Sua avaliação sobre o primeiro turno das eleições municipais de 2004 indica que quanto mais candidatas houver, maior a chance de uma delas ser eleita.

Os dados mostram que, nos 50 municípios em que as elas representavam dois terços (66,6%) das candidaturas, conseguiram 31 vitórias (62%). Nas 429 cidades com paridade no número de candidatos, a taxa de vitórias de mulheres foi de 43,8%. Mesmo os 89 municípios com apenas 20% de candidatas apresentaram taxa de vitória de 10,1%, portanto, superior à média nacional de 7,35% de prefeitas eleitas no primeiro turno.

“A taxa de vitória das mulheres que se aventuram nas disputas eleitorais é grande. Para vencer a sub-representação feminina é preciso vencer a resistência dos partidos em apoiar suas candidaturas”, afirma Diniz Alves. Para ele, consciente ou inconscientemente, já houve uma mudança na cabeça da população brasileira. “Falta mudar as relações de gênero na hierarquia misógina (*não amiga das mulheres*) dos partidos políticos.”

A diretora do CFEMEA Natalia Mori afirma que a maior participação das mulheres nos cargos eletivos é parte de um esforço para mudanças estruturais no processo político. “O que queremos é um aprofundamento da democracia. Esse movimento deve estar aliado à agenda que altere lógicas excludentes de outros grupos, como negros/as, jovens”, diz a socióloga. Essa proposta faz parte da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político, documento que sistematiza cerca de 60 pontos de reivindicação organizados em cinco eixos: fortalecimento da democracia direta e da participativa; aprimoramento da democracia representativa; democratização da informação e da comunicação; e transparência do Poder Judiciário.

“A Reforma Política que defendemos visa à radicalização da democracia para enfrentar as desigualdades e a exclusão, promover a diversidade, fomentar a participação cidadã”, diz o texto assinado por 24 organizações dos movimentos sociais. Na prática, trata-se de ampliar as possibilidades e oportunidades de participação política, de forma a incluir e processar os projetos de transformação social de segmentos historicamente excluídos dos espaços de poder.

Nesse sentido, as eleições municipais ganham, de acordo com Almira Rodrigues, papel importante para se experimentar uma nova realidade. “Por ser o espaço onde transcorre o cotidiano dos sujeitos políticos, o município é onde se realiza de uma forma mais concreta a negociação de interesses e a possibilidade de promoção do diálogo, visando ao estabelecimento de convergências para o desenvolvimento local sustentável e para o desenvolvimento de oportunidades e potencialidades das pessoas”, diz.



# Onde feminismo e religião se encontram

Integrante de Católicas pelo Direito de Decidir, Dulce Xavier conta como é levar para as igrejas o debate a respeito da liberdade e da autonomia sobre o corpo e a sexualidade, em especial para as mulheres

**M**ãe coruja de duas filhas, católica, colaboradora da fundação de um santuário. Feminista, integrante de uma organização que luta pela autonomia das mulheres sobre o corpo e a sexualidade, secretária-executiva das Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro. Características que, à primeira vista, parecem excludentes ajudam a definir Dulce Xavier, da organização não governamental Católicas pelo Direito de Decidir. O ano de 2008, para essa socióloga paulista nascida em Penápolis, de 53 anos, está sendo marcado por muito trabalho. Igreja e outros setores conservadores da sociedade lutam para reduzir ainda mais o direito das mulheres sobre seu corpo, colocando em risco avanços já conquistados há décadas, como a garantia ao aborto legal em casos de gravidez decorrente de estupro. O argumento é sempre o mesmo: proteção à vida do nascituro. Numa instituição inter-religiosa, desde 1998, Dulce aparece nesse contexto como uma voz dissonante e, por isso mesmo, é alvo de críticas. “Se é católica, não pode ser pelo direito de decidir”, dizem.

Para responder a essa tentativa de desqualificação, ela afirma que religião, autonomia de pensamento e luta por garantia de direitos caminham juntas na vida cotidiana. “A crítica sobre a integração entre os ideais cristãos e os feministas parte daqueles que aceitam a idéia de que há um só pensamento na Igreja Católica”, diz. As feministas – destaca – buscam a igualdade entre homens e mulheres, a dignidade, o respeito aos direitos humanos. “Esses são também princípios perseguidos por grupos e pastorais comprometidos com novas formas de viver a espiritualidade, buscando ideais similares aos feministas, que não se chocam, mas se complementam”, analisa.

Dulce concedeu entrevista para o jornal Fêmea, em que trata da luta pelos direitos à sexualidade e ao planejamento familiar e a interface com as religiões, da sua caminhada no feminismo e nos movimentos sociais, e da forma como as igrejas entendem as mulheres. Leia, a seguir, os principais trechos.

“

Quem controla o corpo e a sexualidade pode, com mais facilidade, controlar outros aspectos da vida

”



**FÊMEA** Como sua formação religiosa e sua militância política se encontraram?

**DULCE XAVIER** Sou católica por opção; minha família não era praticante. Participei de grupo de jovens, de comunidades de base e da Pastoral Operária. Na militância política, conheci também algumas feministas e suas idéias libertárias. Logo levei para a Pastoral as questões das desigualdades de gênero no trabalho e passei a questionar o pouco espaço da mulher na Igreja. Encontrei parceiras/os para repensar nossa prática na pastoral. Lá trabalhei alguns anos, mas fui me integrando cada vez mais à temática das mulheres até formar, em 1995, um Coletivo de Mulher e Saúde na minha cidade (*São Bernardo do Campo*). Nesse período, participei dos Seminários organizados pelas Católicas que me encantaram. Encontrei elementos que ajudavam a afirmar a minha autonomia e, ao mesmo tempo, continuar numa pastoral católica voltada para questões sociais. Minha participação na Igreja Católica sempre foi em grupos que tinham – e têm – uma proposta de ação voltada para contribuir para que a vida das pessoas seja melhor, com dignidade e alegria. Integrei e ajudei a constituir uma Igreja no meu bairro dedicada a Santa Luzia e Santo Expedito. A proximidade com a teologia da libertação permitiu vivenciar uma espiritualidade baseada na vida e não nos ritos e sacramentos formais. Isso me ajudou a não alimentar preconceitos e a me aproximar dos ideais feministas.

**FÊMEA** Alguns críticos argumentam que essas duas posições são excludentes. O que você pensa sobre isso?

**DULCE** A crítica parte daqueles que aceitam a idéia de que há um só pensamento na Igreja Católica, o da hierarquia que deve ser obedecido sem questionamento. Felizmente há outros grupos com posições bem diferentes. As feministas buscam a igualdade entre homens e mulheres, a dignidade, o respeito aos direitos humanos, à liberdade e à autonomia de cada pessoa, entre outros princípios democráticos. Ora, estes são também princípios perseguidos por grupos e pastorais

comprometidos com a busca de novas formas de viver a espiritualidade, buscando ideais similares aos feministas, que não se chocam, mas se complementam.

**FÊMEA** O ano de 2008 é marcado pela mobilização de setores conservadores para restringir ainda mais as leis sobre aborto no Brasil. Muitos desses grupos são religiosos, tal qual é Católicas pelo Direito de Decidir. Como é então ser uma organização chamada inter-religiosa e estar do outro lado da luta, no esforço de legalizar a prática?

**DULCE** Católicas é uma organização feminista que trabalha com os temas relativos a ética, religião, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Escolhemos essa temática para contribuir na mudança da nossa cultura religiosa que, além de resistir em reconhecer a mulher como sujeita dos seus atos, ainda vê as autoridades religiosas retomar uma leitura fundamentalista para fortalecer essa visão da mulher exclusivamente como mãe e submissa ao homem e à família. Afirmamos os valores cristãos – e humanos – da solidariedade, do amor e respeito ao próximo, do não julgamento e do acolhimento das pessoas, sem qualquer discriminação, inclusive quando uma mulher decide interromper uma gravidez.

**FÊMEA** Historicamente, as igrejas não abrem muito espaço para afirmação da autonomia feminina. Pela experiência de vocês, como as mulheres são percebidas pelas diversas religiões?

**DULCE** A visão não só da religião católica, mas também das judaico-cristãs, sobre a mulher é a partir do mito da criação: o homem como modelo da humanidade e a mulher criada a partir dele e para ser sua “auxiliar”. Esse modelo afirma que a primeira mulher mentiu e enganou o homem, levando toda a humanidade a sofrer o castigo de sua desobediência. Segundo esta tradição, a mulher seria mentirosa, sedutora e perigosa, portanto precisaria do controle do homem. A partir disso, foi estimulado outro mito como contraponto positivo – Maria, mãe de Jesus, virgem e assexuada. Daí a maternidade ser apresentada como forma de redimir a mulher e torná-la próxima de Deus. Em que pesem os avanços em outras religiões estimulando a produção teológica feminina, a ordenação de mulheres e uma ampliação dos espaços de participação das mesmas, na Igreja Católica, os avanços não foram tão significativos. Nas duas últimas décadas estamos assistindo à retomada da idéia da mulher como mãe e submissa.

**FÊMEA** E por que essas instituições tentam exercer tanto controle sobre os corpos das mulheres?

**DULCE** As religiões cristãs têm uma visão negativa da sexualidade humana. A idéia que a sexualidade desvia o pensamento das obras de Deus está baseada na teologia Agostiniana, que para combater “este mal” propõe a castidade como um bem, só admitindo o sexo como menos indecente dentro do casamento e para procriação. A mudança do comportamento das mulheres é uma expressão de liberdade inaceitável para os grupos religiosos que ainda permanecem ligados à idéia do sexo para procriação. Impedir o acesso aos meios contraceptivos e ao aborto, para os grupos religiosos fundamentalistas, é a maneira de “defender” a família e a “moral” cristã. O



Lutamos para que as decisões das mulheres sejam reconhecidas como éticas e responsáveis e sejam viabilizadas em todos os campos, inclusive nas religiões



controle sobre os corpos e a sexualidade, especialmente das mulheres, é um exercício do poder sobre as pessoas. Quem controla o corpo e a sexualidade pode, com mais facilidade, controlar outros aspectos da vida.

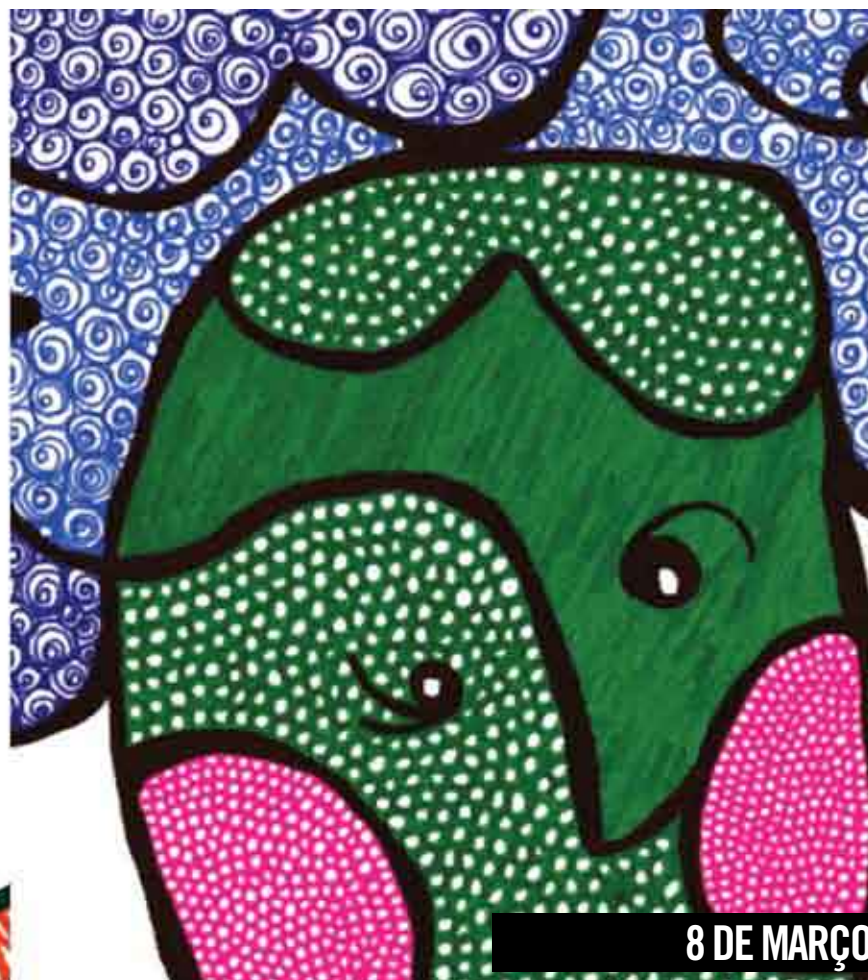
**FÊMEA** A partir dessa realidade, como se dá o trabalho das Católicas com instituições com as quais têm interface?

**DULCE** Lutamos para que as decisões das mulheres sejam reconhecidas como éticas e responsáveis e sejam viabilizadas em todos os campos, inclusive nas religiões. Queremos também contribuir para mudar o padrão cultural religioso, com argumentos que afirmam que é possível ter liberdade de decisão sobre o corpo e a sexualidade e continuar sendo um/uma bom/boa católico/a ou crente de outras religiões, ou sem qualquer vínculo religioso. Temos interlocução constante com integrantes de outras religiões. Nos últimos quatro anos, porém, temos investido no diálogo com religiões além das cristãs, estimulando o debate sobre a superação da violência contra as mulheres. Temos a preocupação em considerar argumentos éticos e religiosos que dialogam com a doutrina católica e cristã que possam ser subsídio para a mudança da cultura religiosa com a qual queremos contribuir.

**FÊMEA** Então é possível que religião, autonomia de pensamento e luta por garantia de direitos caminhem juntas?

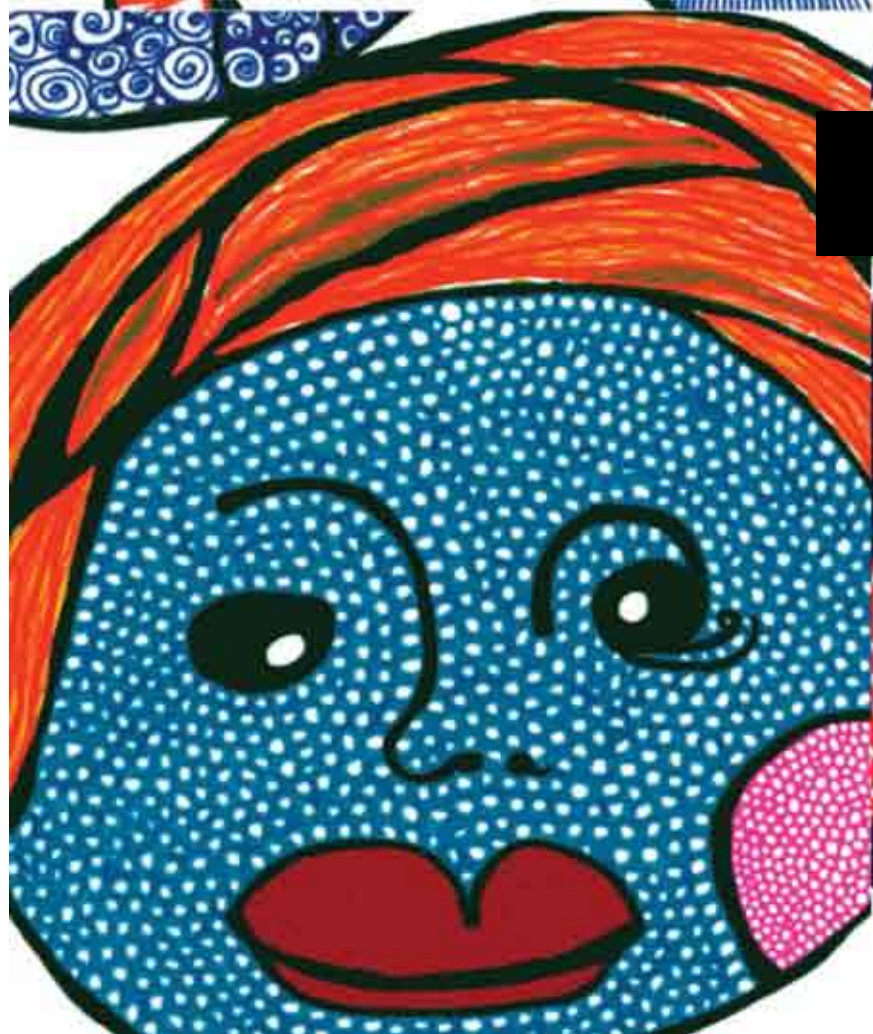
**DULCE** É possível porque na vida cotidiana essas coisas estão juntas. Não precisamos abrir mão da religião quando lutamos para ter liberdade e direito respeitados. A maioria das religiões prega que devemos buscar uma vida digna, feliz, ao lado de quem amamos, com justiça, com saúde, sem discriminação ou violência. Essas preleções não são opostas aos anseios de liberdade e garantia de direitos. Apesar de as religiões pregarem isso, muitas não tem atitudes que afirmam isso. A exemplo do que testemunhamos com a Campanha da Fraternidade, que enfatiza a defesa da vida e se manifesta contra o uso da camisinha, mesmo diante da epidemia de Aids. Precisamos ter a coragem de levar o debate para o interior das Igrejas e ajudá-las a superar posições cristalizadas de preconceitos, controle, julgamento e se abrirem ao diálogo e ao respeito à decisão de cada pessoa e garantia de direitos como condição para construir a sociedade livre e feliz que todos, religiosos ou não, desejam.





8 DE MARÇO

# O que as feministas preparam para 2008

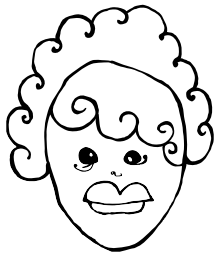


**O** Dia Internacional da Mulher (8 de março) é, para a sociedade em geral, a ocasião de lembrar a importância delas no cotidiano, suas conquistas de espaço no mercado de trabalho e em outros campos da vida moderna. Para o movimento feminista, trata-se de um momento propício para a reflexão sobre os desafios a serem enfrentados no caminho da igualdade de gênero. Avanços já foram muitos, mas há vários outros a serem alcançados. Em 2008, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) elegeu a legalização do aborto como tema central nos debates para a data. Afinal, esse é um problema que impacta a vida das brasileiras em questões de saúde, de violência, de justiça social. Não é apenas isso, porém, que há pela frente. Trabalho, violência, aumento da representatividade política, além do amadurecimento do próprio movimento social, estão entre os pontos da agenda feminista neste ano. Com o intuito de fazer um retrato da mobilização nos próximos meses, o Fêmea ouviu mulheres que se destacam na luta pela ampliação de direitos. Veja, a seguir, o que elas pensam:



Para as feministas tanto na América Latina como no mundo, o principal desafio hoje é enfrentar as concepções fundamentalistas que fazem da liberdade de decidir das mulheres e do controle de seus corpos o eixo central de suas campanhas. Não é a única agenda que nos convoca, mas, nas outras, não estamos sozinhas. A sexualidade e o aborto fazem parte da agenda conservadora que congrega tanto a direita política como as expressões religiosas fundamentalistas. Em torno dessa agenda, estão em jogo os direitos de cidadania conquistados pelas mulheres, mas também se coloca em xeque a pluralidade, a relação entre direitos individuais e coletivos e a liberdade como horizonte ético da felicidade.

**Lilián Celiberti, coordenadora da Articulación Feminista Marcosur**



Nosso maior desafio em 2008 será fazer o enfrentamento do traço conservador, patriarcal e machista de nossa cultura política — um bloqueio à liberdade sexual das mulheres e ao avanço da luta feminista pelo direito ao aborto legal em 2008. Isso se expressa pelo conservadorismo obscurantista que está com hegemonia na Campanha da Fraternidade da Igreja Católica este ano. Um certo falso moralismo pequeno-burguês e puritano deverá emergir também no contexto das eleições municipais no segundo semestre. As mulheres feministas este ano precisarão mobilizar toda radicalidade

subversiva contra a família, o Estado e a cultura patriarcal.

**Silvia Camurça, secretária-executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras**

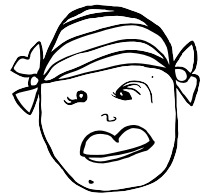
Creio que enfrentaremos alguns desafios principais: manter a pauta feminista na agenda pública, deixando claro para a sociedade que o aborto é uma das questões colocadas, mas não a única. Lembro que é ano eleitoral, o que significa uma espécie de “degradação” do debate social. Não poderemos cair nessa armadilha. Outro desafio refere-se ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e sua implementação pós II CNPM. Caberá ao movimento monitorar de forma competente, o que tem sido, até agora, uma atividade restrita a pouquíssimas organizações. E mais, precisamos debater que feminismo teremos neste século que já começou. Afinal, nossa pauta e nossas práticas ainda são do século passado. Temos a tarefa de ampliar a pauta e o compromisso anti-racismo, anti-sexismo e antilesbobofóbico; ou seja, trazer de volta a luta ideológica que fez com que tudo começasse.

**Jurema Werneck, coordenadora da ONG Criola**



Nosso desafio passa pelo fortalecimento do movimento feminista e seus ideais junto à sociedade, e pela capacidade de articulação com outros movimentos sociais que também se oponham às práticas sociais que discriminam e vulnerabilizam grupos ao negar as diversidades humanas (sexo, gênero, étnico-raciais, religiosas). É um período de crise da democracia e de fortalecimento de fundamentalismos na economia e na política brasileira. Vivemos a imposição autoritária da política econômica de superávit primário, a política de criminalização de movimentos sociais, a força do fundamentalismo religioso dentro do Congresso Nacional que inviabiliza hoje a aprovação de leis como da legalização do aborto e da criminalização da homofobia.

**Kelly Kotlinski, diretora-executiva e assessora em Gênero da Associação Lésbica Feminista de Brasília Coturno de Vênus**



O movimento feminista é desafiado a enfrentar várias questões, que exigem de nós o fortalecimento como sujeito político transformador. Entre tantas frentes de lutas, destaco o desafio de enfrentar o fundamentalismo religioso, que atenta contra o Estado Laico e contra a vida das mulheres ao tentar impedi-las de ter autonomia de decisão sobre seu corpo, de ter ou não ter filhos/as, enfim de decidir

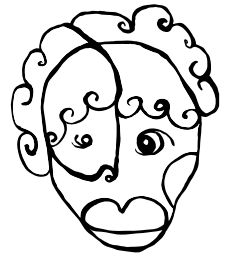


sobre a sua vida. Enfrentar essa ofensiva conservadora, sobretudo da Igreja Católica, exigirá de nós mobilização e fortalecimento como movimento social, ação direta, pressão e incidência política por uma nova cultura política para transformar o mundo e que este seja livre do sexismo, do racismo e do patriarcado.

**Nelita Frank, integrante da coordenação do Núcleo de Mulheres de Roraima**

A legalização do aborto é o tema que certamente pautará a ação feminista em 2008. A Igreja está cada vez mais empenhada na ofensiva pela supressão de diversos direitos sexuais e reprodutivos. É preciso reafirmar que a legalização do aborto representa o direito de escolha sobre o próprio destino, para uma vida com autonomia e igualdade. Além disso, a CUT-DF dará continuidade à divulgação da Lei Maria da Penha, consolidando sua atuação pelo fim da violência contra as mulheres. O eixo da Central será pela “Redução da jornada de trabalho sem redução de salário”. Tal política tem impacto direto na vida das mulheres, pois somos nós as mais prejudicadas por jornadas excessivas de trabalho, em razão da “dupla jornada” decorrente da acumulação do trabalho doméstico.

**Rejane Pitanga, presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF)**



O principal desafio é avançar na organização das mulheres trabalhadoras e, mais do que nunca, entender e enfrentar o imperialismo que impõem sobre os povos a guerra, a pobreza, o aumento da fome e miséria.

Associado a isso é preciso combater a cultura patriarcal e machista que coisifica tudo e torna os outros seres, principalmente as mulheres, propriedade privada. Temos de avançar na luta pelo reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres e enfrentar o agronegócio, o monocultivo, os transgênicos, o latifúndio, o trabalho escravo, a destruição da natureza comandada pelo capital por meio das grandes transnacionais. Ao mesmo tempo, construir e vivenciar novas práticas fundamentadas em valores feministas e socialistas. Nossa missão é a libertação das mulheres, a construção do projeto de agricultura camponesa e a transformação da sociedade.

**Justina Inês Cima, coordenadora nacional do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)**

# Parto tem de ser seguro, tranquilo e humanizado

Presença de acompanhante na hora de dar à luz e vinculação à maternidade desde o início da gestação são direitos garantidos às mulheres em leis sancionadas nos últimos anos. Norma de 2007 prevê ainda que elas sejam informadas sobre doação do sangue do cordão umbilical

*A humanização do parto é um pleito antigo das mulheres. Quase todas conhecemos a história de alguém que tem pouca ou nenhuma experiência sobre os procedimentos médicos desse momento e que não conhece seus direitos; ou daquela que peregrinou por várias maternidades na hora de dar à luz; ou ainda sobre a que ficou sozinha, porque não permitiram que sua mãe, amiga ou o pai do bebê a apoiassem, seja pela falta de estrutura da maternidade, seja pela idéia dos profissionais de que o acompanhante, em vez de ajudar, dá mais trabalho.*

*Com o intuito de minimizar esses problemas e garantir o direito das mulheres a um parto seguro, tranquilo e humanizado, três importantes leis foram aprovadas no Congresso Nacional nos últimos anos. Já em vigor, elas valem para todo o Brasil. Por isso é bom conhecê-las para exigirmos que sejam cumpridas.*

**LEI Nº 11.108, DE 7 DE ABRIL DE 2005 – garante a presença de acompanhante no momento do parto**

Trata-se de uma alteração na Lei do Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/90) para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (período de dez dias após o parto, se não houver complicação) nos serviços – posto médico, hospital, maternidade – do SUS ou de sua rede conveniada.

A parturiente é quem deve indicar quem será, se o pai do bebê, sua própria mãe, uma amiga ou qualquer outra pessoa de sua confiança. Pesquisas indicam que essa presença só traz benefícios, pois ajuda a reduzir a duração do trabalho de parto, o uso de medicações para alívio da dor, o número de cesáreas e a depressão pós-parto.

Cumprindo exigência dessa Lei, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 2.418 em dezembro de 2005, na qual detalha o que os serviços de saúde devem fazer para efetivação desse direito, no prazo de seis meses. Essas unidades podem cobrar, de acordo com a tabela do SUS, as despesas com o/a acompanhante para acomodação adequada e fornecimento das principais refeições.

Colocar essa Lei em prática em todo o Brasil não é tarefa fácil. Desconhecimento do direito, deficiência na estrutura física e resistência dos profissionais de saúde são alguns dos obstáculos. Assim, é preciso intensificar a campanha desenvolvida pelo Ministério da Saúde e, ao ter conhecimento do não cumprimento desse direito, denunciarmos ao próprio Ministério da Saúde (Ouvidoria: 0800 61 1997) e ao Ministério Público.

**LEI Nº 11.634, DE 27 DEZEMBRO DE 2007 – garante à gestante conhecer e vincular-se à maternidade onde terá seu/sua filho/a**

De acordo com a norma, toda gestante tem direito ao conhecimento e à vinculação prévia à maternidade onde será o parto e onde será atendida nos casos de intercorrência pré-natal. A vinculação da gestante nesses dois casos é de responsabilidade do SUS e isso se dá desde o momento de sua inscrição no programa de assistência pré-natal.

A lei ainda estabelece que a maternidade à qual a gestante ficará vinculada deve ser apta a prestar a assistência necessária de acordo com o risco gestacional, inclusive em situação de puerpério. Se não houver condições para atender a gestante nesses casos, o SUS fica obrigado a providenciar a transferência da paciente para uma unidade com competência técnica e pessoal especializado. Tudo isso para que a mulher possa ter um parto seguro e para os gestores planejarem e organizarem melhor os serviços de saúde.

União, estados, o Distrito Federal e municípios devem reservar recursos da Seguridade Social e de outras fontes suplementares para implementarem a Lei. Por isso, é bom ficarem atentas ao orçamento de seu município e do estado. No âmbito federal, o CFEMEA acompanha a execução do Ministério da Saúde.

**LEI Nº 11.633, DE 27 DEZEMBRO DE 2007 – garante à mulher o acesso a informações dos benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário**

A partir de agora, a Lei 9.434 de 1997, que dispõe sobre a remoção e doação de órgãos do corpo humano para fins de transplante e tratamento, estabelece também que toda mulher tem garantido o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no parto. Esse tipo de sangue é rico em células-tronco responsáveis pela geração do sangue na medula óssea. Por isso é tão importante doar o sangue para pacientes que precisam de transplantes de medula óssea.

Para implementar a lei, é preciso uma ampla divulgação com campanhas publicitárias na mídia e nos serviços do SUS e da rede conveniada sobre a importância dessa doação. O conteúdo também deve ser discutido nos cursos de formação dos gestores públicos e dos profissionais de saúde. Ao lado disso, é necessário expandir o número de bancos de doação de cordão umbilical.

*Myllena Calasans é advogada e assessora técnica do CFEMEA para a área de violência e direitos humanos*



# Expectativas e desafios da CPI das ONGs

**A** CPI das ONGs, instalada no Senado Federal em setembro do último ano, é presidida pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC) e tem como relator o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Surgiu sob o escopo de apurar a liberação de recursos públicos pelo governo federal para organizações não-governamentais (na realidade, organizações sem fins lucrativos) e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), além de averiguar a utilização por essas entidades de recursos recebidos do exterior, com ampliação do prazo original para o período de 1999 a 2007.

Existem mais de 300 mil organizações desse tipo no Brasil e, de forma geral, o desconhecimento quanto à diversidade de suas ações, papéis, atividades, projetos de sociedade e fontes de financiamento é grande. Assim, têm sido bastante incômodos, principalmente para entidades sérias, o preconceito, a recente e crescente criminalização e a generalização pejorativa, que têm marcado a referência às ONGs.

Nesse sentido, a instalação da CPI é importante para investigar toda e qualquer irregularidade no trato de recursos públicos por quem quer que os acesse. A comissão deve identificar quais organizações exercem seu trabalho com ética e lisura e quais, por ventura, não operam desta forma e assim pautar com seriedade o debate sobre a dimensão pública de recursos do Estado brasileiro, quais os sentidos de seu investimento, critérios e como são pautadas, também por meio do acesso aos mesmos, as relações entre Estado e sociedade no Brasil.

Até o início deste ano legislativo, foram dez reuniões da comissão. Houve uma especial preocupação dos senadores/as em entender bem o assunto a ser tratado, especialmente no que se refere à natureza dessas organizações, que atividades diversas desenvolvem, problemas reais na operação de recursos públicos, formas de fiscalização etc. Para tanto, foram convidadas diversas autoridades sobre o assunto, especialistas integrantes de organizações não governamentais, estudiosos/as e representantes de órgãos do governo federal.

Além das audiências com especialistas, durante as reuniões que já foram realizadas, aconteceram diversos momentos de votação dos requerimentos apresentados pelos/as parlamentares que compõem a comissão. Desses requerimentos, alguns geraram grande polêmica e diversos deles não puderam ser apreciados por absoluta ausência de acordo entre membros da comissão sobre a sua pertinência ou não.

Restam pendentes de votação mais de 20 requerimentos, a maioria referentes à convocação de representantes de órgãos ou organizações, para que prestem esclarecimentos sobre o acesso e gestão de recursos públicos federais. A aprovação desses

requerimentos marca uma nova fase da CPI, na qual se superam as audiências informativas e iniciam-se as investigações, com as conseqüentes inquisições necessárias. Muitos desses requerimentos têm gerado grande polêmica entre os/as parlamentares da comissão e por isso acabam ficando por diversas sessões em pauta. Depois de acirradas discussões, porém, não são votados.

O que se teme é que interesses partidários possam interferir no resultado, pautando a atuação de parlamentares que, em nome de defender ou atacar blocos políticos, percam de vista o verdadeiro objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A legislação que hoje regulamenta o acesso aos recursos públicos é falha e muitas vezes ambígua. Além disso, trata organizações de diversos formatos, ONGs, empresas, sindicatos, partidos ou mesmo esferas da administração pública, como se fossem todas iguais, instrumentalizando-as e ignorando suas especificidades.

Não existe ausência de regulação como se anuncia. Os procedimentos formais e legais de como se deve fundar uma ONG e como essas são fiscalizadas são explícitos. O grande problema centra-se na lógica de gestão do dinheiro público, muito marcada pelos princípios de reforma do Estado, de apropriação privada sobre o mesmo, o que se reflete sobre as formas de acesso e de utilização de recursos públicos por quem quer que seja.

Desde a sua instalação, diversos acontecimentos fizeram com que essa comissão perdesse um pouco de seu fôlego em benefício do protagonismo de outras questões como a vacância da presidência do Senado e manutenção ou não da CPMF. Paralelamente a isso, a grande mídia continua tratando do repasse de recursos públicos de forma irresponsável e criminalizando organizações.

A expectativa é que, nesta segunda fase de trabalhos na CPI, o espaço da comissão seja utilizado com a seriedade que a casa legislativa deve ter e sirva de palco para o entendimento do verdadeiro sentido e funções das organizações sem fins lucrativos neste país, reconhecendo seu valor no estabelecimento e ampliação da democracia e estabelecendo uma nova relação entre sociedade e Estado.

*Lisandra Arantes Carvalho é advogada e coordenadora do escritório de Brasília da Associação Brasileiras de Organizações Não Governamentais (Abong)*

*Tatiana Dahmer Pereira é assistente social e diretora-executiva da Abong*

## CONTAS PÚBLICAS

## Em 2007, governo pagou 67,32% do Orçamento Mulher

O Orçamento Mulher – conjunto de 57 programas do governo federal com impacto sobre a vida das brasileiras – pagou 67,32% (R\$ 29.188.035.212,00) do total previsto para 2007 (R\$ 43.357.431.855,00). Esse resultado deve-se principalmente aos gastos realizados pelos programas Atenção Básica em Saúde e Bolsa Família (Transferência de Renda com Condiionalidades), cujos montantes representam 39% de todo Orçamento Mulher e não sofreram contingenciamento de recursos. Ao passo que 25 dos 57 programas selecionados só executaram metade da verba autorizada para 2007. Devido principalmente à política de contingenciamento adotada pelo governo, o programa Combate à Violência contra as Mulheres, que tinha autorizado R\$ 23,5 milhões, gastou apenas 52% (R\$ 12,3 milhões) de seus recursos. Nos últimos anos, a execução do Orçamento Mulher não teve alteração significativa. Em 2005, o resultado foi de 69,3 % e em 2006, 70,9%.

Fonte: [www.senado.gov.br/siga](http://www.senado.gov.br/siga). Orçamentos Temáticos. Orçamento Mulher. Elaboração própria.



## MOBILIZAÇÃO

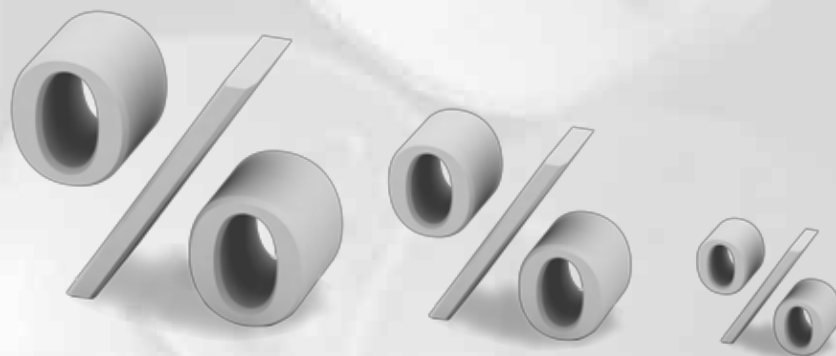
## Jovens feministas consolidam articulação

Cerca de cem jovens brasileiras de todo o país reúnem-se em Fortaleza (CE) entre os dias 13 e 16 de março no I Encontro Nacional de Jovens Feministas. O grupo trabalhará para fortalecer a agenda política para as mulheres jovens e consolidar a criação da Articulação Brasileira de Jovens Feministas.

## TRABALHO

## A velha exclusão por trás dos novos números

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2006 dá conta que as mulheres estão ganhando mais que os homens na construção civil e na extrativa mineral. No primeiro setor, a diferença entre os sexos é de 14,76% e no segundo, de 6,60% . A média divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em janeiro de 2008 considera os salários em todas as ocupações, separando depois entre homens e mulheres. Nessas duas áreas, a força de trabalho delas está concentrada em postos de maior qualificação. Na construção, 63,62% têm escolaridade acima do nível médio e na mineração, 80,33%. Portanto, é natural que a remuneração seja maior que a dos homens. Assim, essa diferença em favor das mulheres pode ser inexistente quando comparada a renda de homens e mulheres na mesma ocupação. Além disso, os setores registram menos de 10% dos postos de trabalho ocupados por elas. Onde as mulheres são maioria, na Administração Pública (58,20%), os salários delas são 28% menores. Na média geral, as mulheres ainda recebem 16,8% menos que os homens. O trabalho doméstico não entra nesse levantamento.



## PESQUISA E ATIVISMO

### Feminismos latinos

Belo Horizonte (MG) sediará, entre 10 e 13 de junho, três encontros acadêmicos sobre feminismo – o II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina; VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas; e o II Encontro Internacional Política e Feminismo. Pesquisadoras/es, estudantes, especialistas, profissionais irão se reunir num espaço de reflexão sobre as conquistas, tensões e perspectivas da pesquisa acadêmica e sua contribuição para o avanço das lutas das mulheres. Os trabalhos a serem apresentados nas formas de pôsteres, conferências e comunicações estarão organizados em 15 grupos, com temas que vão desde relações raciais até corpo e motricidade humana. As propostas podem ser enviadas até 31 de março. Inscrições para ouvintes seguem até 31 de maio. Os eventos são organizados pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Informações mais detalhadas pelos endereços eletrônicos redefem@gmail.com e nepem@fafich.ufmg.br.



Foto: Pedro Borges

## PREVIDÊNCIA

### Inclusão de rurais avança na Câmara

O projeto de lei (PL) 1154/95, que trata da garantia da previdência social para trabalhadores/as rurais, teve parecer aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados em dezembro de 2007. A proposta avança com o esforço de movimentos sociais, inclusive o de mulheres, entidades do campo e parlamentares ao longo dos dois últimos anos. É fundamental para manter as famílias no campo, pois redistribui renda, amplia o acesso aos benefícios e inclui categorias ainda totalmente fora do sistema de seguridade social. O texto segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e, em seguida, para o

Plenário da Câmara dos Deputados para depois ser apreciado no Senado. Entre seus principais ganhos estão:

- Ampliação da definição de segurado/a especial para categorias como comodatário/a, posseiro/a, usufrutuário/a, assentado/a e extrativista;
  - Limitação da propriedade do/a segurado/a especial em, no máximo, quatro módulos fiscais, a fim de se garantir o regime de economia familiar;
  - Permissão da contratação de mão-de-obra de terceiros por até 120 dias corridos ou intercalados no ano;
  - Permissão para que segurados/as especiais exerçam outras atividades, inclusive urbanas, pelo período de até 120 dias ao ano;
  - Permissão a segurado/a especial para exercício de atividade artesanal;
  - Permissão a segurado/a para exploração de atividade turística (inclusive hospedagem) por até 90 dias ao ano;
  - Permissão para ocupação de cargos de direção ou associação de cooperativa, desde que composta por segurados/as especiais.
- A mesma regra aplica-se ao exercício de mandato de vereador/a, desde que se mantenha atividade rural, o que não o/a exime da contribuição previdenciária enquanto exercer o mandato.

(Fonte: Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil)

## PODER

### Brasil entre os piores da América

O Brasil é o segundo país com menor número de mulheres em cargos de ministra entre as 27 nações de toda a América. Elas ocupam menos de 10% dos cargos de primeiro escalão do poder Executivo. No patamar do Brasil estão também México e Equador. A maioria dos países (19) está concentrada na faixa entre 11% e 30%. Entre os cinco que superam os 30% de participação feminina, o Chile apresenta os melhores números. É o único com mais da metade dos ministérios comandados por mulheres. Os dados são do estudo Mulheres nas Américas: caminhos para poder político, publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com outras organizações, em janeiro deste ano.



## FÊMEA

### Arte dá nova cara ao jornal

Esta edição inaugura nova proposta gráfica e editorial do Jornal **Fêmea**. Depois de 16 anos, essa é a primeira vez que a publicação ganha novo formato. O projeto gráfico elaborado pela empresa brasileira de estratégia, publicidade e design Faro Brasil ([www.farobrasil.com.br](http://www.farobrasil.com.br)) incorpora ilustrações da artista plástica e socióloga Luísa Günther. A foto da capa deste número é da fotógrafa carioca Cláudia Ferreira, cuja obra está reunida na página eletrônica [www.mulheresemovimentos.com.br](http://www.mulheresemovimentos.com.br).



# 20 anos de cidadania feminina

## Organização dá início às comemorações de suas duas décadas de atuação

*Já se passaram 20 anos. Nesse período, o Brasil teve quatro presidentes, cinco moedas, a inflação anual que superava 2.000% passou para menos de 5%. As mulheres conquistaram uma lei que previne, combate e pune a violência doméstica, o direito ao planejamento familiar como livre decisão, a cota mínima de 30% por sexo nas candidaturas para as eleições proporcionais.*

*Alguns desafios foram superados no campo legal; novos aparecerem e ainda requerem muito trabalho dos movimentos de mulheres e feministas. Para isso, o CFEMEA nasceu, se consolidou e continuará o trabalho nos próximos anos.*

*Esta edição do Fêmea traz a primeira de uma série de matérias que irão resgatar a memória da organização. A seguir, a análise de Guacira César de Oliveira, sócia-fundadora e atual diretora, sobre a época da criação, a consolidação e os desafios para os próximos anos.*

### Um pé no presente e outro no futuro

A história do CFEMEA começa em 1989, em Brasília. Éramos um grupo de seis militantes feministas, que havíamos nos encontrado há poucos anos, na equipe técnica do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de onde saímos em 1988 num ato de demissão coletiva de todas as conselheiras e do corpo técnico por discordarmos da linha política que o então ministro da Justiça, Oscar Correa, queria impor ao CNDM.

A construção democrática, apenas em seu começo, mobilizava grupos de mulheres do Oiapoque ao Chuí, que acreditavam e lutavam para transformar as conquistas históricas da Constituinte em realidade na vida cotidiana de cada mulher. Nessa atmosfera, decidimos nos organizar.

A luta pela regulamentação dos direitos das mulheres consagrados na Constituição nos colocava frente a vários e grandes desafios. A articulação política com as organizações de mulheres, a formulação de proposições legais a partir da perspectiva feminista, a assessoria à Bancada Feminina, a argumentação para a defesa dos direitos das mulheres no Congresso Nacional, inclusive nos embates com os parlamentares, eram nossas estratégias para garantir direitos.

Esse esforço mobilizou outras feministas, que faziam parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UnB, que integravam o Fórum de Mulheres do DF e que faziam parte de grupos em outros estados brasileiros. E foi com muito debate político, muita militância, que em 1992, conseguimos ter algum recurso da cooperação internacional para montar o embrião de um escritório.

De todo o trabalho inicial, consolidaram-se os princípios e a forma de atuação do CFEMEA. Somos uma pequena organização que se concebe como parte de um forte movimento, não somente brasileiro, mas latino-americano; que pensa e atua politicamente para a defesa e radicalização da democracia; para a superação das desigualdades e discriminações de gênero e raça/etnia; pela afirmação da liberdade, autonomia, solidariedade e diversidade.

São desse período as leis sobre a investigação de paternidade (1992), o Planejamento Familiar (1996), cotas por sexo para as candidaturas (1995), licença maternidade para as seguradas especiais (de 1994, para as trabalhadoras da agricultura familiar e outras), a união estável (1994, regulando os direitos dos companheiros a alimentos e sucessão), proibição da exigência de atestados de gravidez e esterilização (1995), ações afirmativas para o acesso da mulher ao mercado de trabalho (1999); entre várias outras.

Na metade do caminho, aos 10 anos, começamos a constatar que a nossa luta por direitos tinha de estar associada ao trabalho sobre as políticas públicas, e sobre o orçamento público em particular, sob pena de o direito virar letra morta na lei. Para o pleno exercício da cidadania pelas mulheres, tais direitos têm de estar traduzidos em políticas públicas (econômicas e sociais) redistributivas e universalistas, bem como nas de reparação e de ação afirmativa.

Até 2000, tínhamos apenas quatro programas governamentais dirigidos às mulheres. Não tínhamos um organismo governamental no primeiro escalão para a defesa de direitos e promoção de políticas públicas para a igualdade.

Foi no PPA 2004-2007 que pela primeira vez o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça foram incluídas entre os grandes desafios nacionais. Trata-se de uma conquista que se desdobra em mais programas e ações e na ampliação dos recursos públicos alocados com este objetivo.

Passados 19 anos, às vésperas do vigésimo aniversário do CFEMEA, a incorporação das perspectivas de gênero e raça, bem como a construção de novos parâmetros que orientem as políticas e os recursos públicos a promoção da igualdade são os grandes desafios colocados hoje para a organização.

Assim como ao longo do caminho já percorrido, novos temas irão aparecer e exigir de nós criatividade, amadurecimento na mobilização. As projeções indicam, por exemplo, um aumento importante de pessoas da terceira idade na população. As mulheres serão a maioria desse grupo e demandarão novos olhares para a saúde, o trabalho, a previdência, o combate à violência. O CFEMEA estará aqui para contribuir na elaboração de respostas para os novos problemas, sempre pautado na luta por relações de gênero equitativas e fraternas, por uma sociedade justa e um Estado democrático.

*Se você tem histórias sobre a história do CFEMEA, conte para nós.  
Escreva e envie para o e-mail imprensa@cfemea.org.br*